



Governo Lula aumenta as verbas para áreas estratégicas da Saúde

CPOGM-Fiocruz



Funcionário em laboratório da Fiocruz em Salvador

Pesquisas devem ter mais 219,8%

O orçamento de 2004 do Ministério da Saúde também vai priorizar a pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, conforme defende o ministro Humberto Costa. A previsão é de que as verbas destinadas à área tenham salto de 219,8% em relação ao orçamento de 2003. Até o fim deste ano, o setor terá recebido R\$ 75 milhões da União. Em 2004, o caixa disponível para pesquisa em saúde deverá atingir R\$ 239,9 milhões, caso a proposta orçamentária seja aprovada como está.

Pelo Orçamento da União encaminhado ao Congresso, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde deve ficar com R\$ 109,4 milhões — 5,2 vezes a mais do que o orçamento de 2003. Os recursos também deverão ser destinados à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A entidade, que neste ano teve orçamento global para pesquisa da ordem de R\$ 54,1 milhões, poderá receber 2,4 vezes a mais em 2004 — R\$ 130,5 milhões previstos, incluindo investimentos em capacitação de pessoal e ampliação de instalações.

O Ministério da Saúde pretende atuar em sintonia com a pasta da Ciência e Tecnologia, mas quer concentrar a coordenação das ações ligadas ao avanço tecnológico do setor. “O governo Lula está promovendo um movimento no sentido de destacar a posição do Ministério da Saúde na orientação do esforço de pesquisa em saúde no país e o aumento dos recursos orçamentários para o setor é um reflexo dessa vontade política”, explica o diretor do Departamento de Ciência e Tecno-

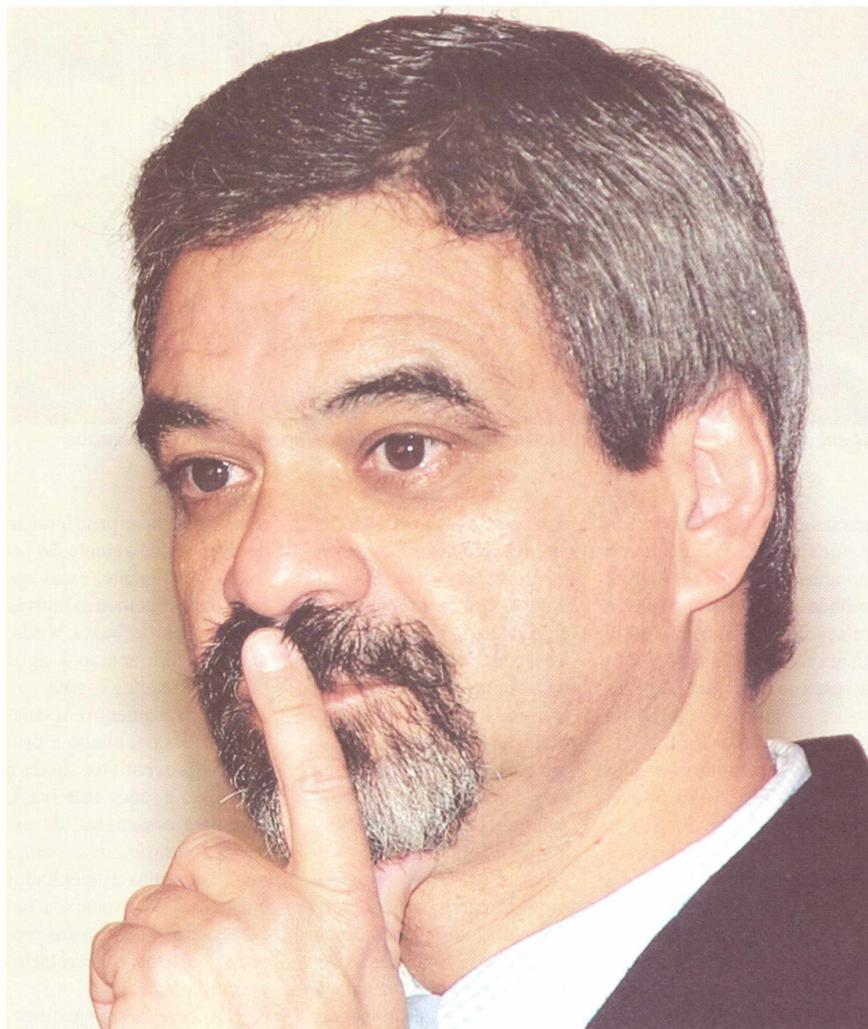
logia do Ministério, Reinaldo Guimarães.

A disposição do governo de investir cada vez mais em pesquisa na área de saúde deve se tornar ainda mais concreta com a realização da 2ª Conferência de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, convocada para junho de 2004, dez anos depois da primeira. Na conferência, disse Guimarães, serão apresentados dois documentos: o primeiro com a definição da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e o segundo com a proposta final da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde.

A agenda já começou a ser traçada. A primeira reunião do comitê técnico assessor da agenda definiu um cronograma de atividades. Nos dias 16 e 17 de outubro o Ministério da Saúde reunirá em Brasília mais de 200 pesquisadores e gestores para uma oficina de definição de temas prioritários de pesquisa em saúde.

Mais tarde, a proposta de Agenda Nacional será apresentada ao Conselho Nacional de Saúde, para discussão e recomendações. E, posteriormente, será levada à aprovação na 2ª Conferência de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.

O Ministério da Saúde pretende concentrar pesquisas em áreas como doenças e agravos, fatores de risco, epidemiologia e demografia, políticas de saúde e complexo produtivo de saúde. Outros temas prioritários são ambiente, trabalho e biossegurança; avaliação tecnológica e economia da saúde; alimentação e nutrição; comunicação e informação em saúde; bioética e ética na pesquisa; e pesquisa clínica.



O ministro Humberto Costa (Saúde), durante solenidade realizada em Brasília

Proposta da Saúde para o Orçamento de 2004

(Quadro comparativo 2003/2004, em R\$ milhões)

Tabela 1	2003	2004
Orçamento global	30.500	35.800
Ações diretas de promoção da saúde	20.900	24.900
Atendimento hospitalar e ambulatorial	13.436	14.071
Piso de Atenção Básica	4.376	4.658
Medicamentos	1.760	1.860

Tabela 2	2003	2004
Saneamento básico	146,6	654,0
Saneamento ambiental urbano	109,1	562,0
Saneamento rural	37,5	92,0
Educação permanente e qualificação profissional do SUS	202,2	464,1
Vacinas	355,2	450,0
Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	75,0	239,9
Atenção à saúde da população em situações de violência e outras causas externas	0,9	162,8
Investimento para humanização e ampliação do acesso à atenção à saúde	63,0	144,0
Vigilância, prevenção e controle de doenças transmissíveis por vetores e zoonoses	8,1	24,5
Participação popular e intersetorialidade na reforma sanitária e no SUS	0,4	21,5

Fonte: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde

ORÇAMENTO PARA 2004 PERMITIRÁ REFORÇO E ELEVA RECURSOS PARA A ÁREA EM 17,3%

O orçamento do Ministério da Saúde para 2004 permitirá o reforço de ações em áreas consideradas estratégicas, fundamentais e prioritárias pela nova gestão. Com a aplicação da Emenda Constitucional 29, que prevê o investimento crescente no setor, reajustado pela variação nominal do PIB (Produto Interno Bruto, soma dos bens e serviços produzidos pelo país) sobre o orçamento do ano anterior, os recursos da pasta para 2004 deverão aumentar 17,3% em relação a 2003.

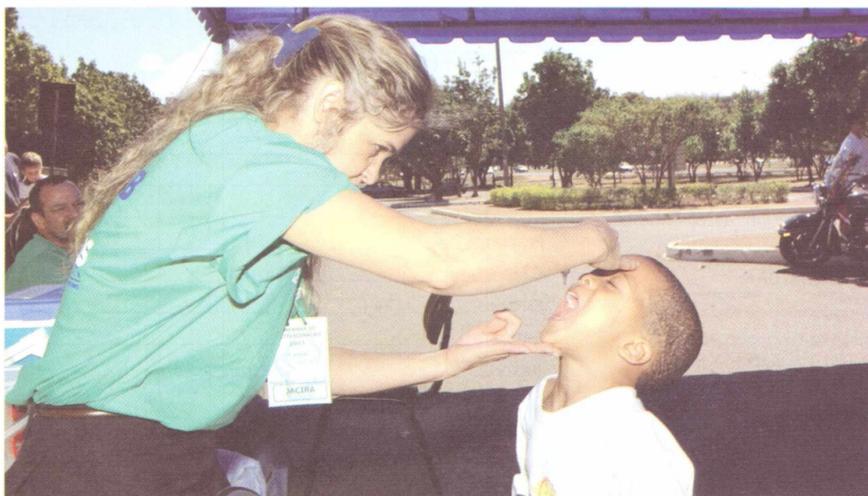
Para este ano, o orçamento global do Ministério foi de R\$ 30,5 bilhões. No próximo ano, deverá chegar a R\$ 35,8 bilhões (confira a tabela 1), informou a assessoria do ministério. A proposta orçamentária para 2004, encaminhada pelo Ministério do Planejamento, ainda precisa ser aprovada pelo Congresso.

Do valor previsto para o ano que vem, R\$ 24,9 bilhões — o equivalente a 69,55% do total — deverão custear despesas com ações diretamente ligadas à promoção da saúde. Fazem parte dessas ações o atendimento hospitalar e ambulatorial, o PAB (Piso de Atenção Básica) e os gastos com medicamentos e vacinas. Até o fim de 2003, o custeio dessas ações, de acordo com a execução orçamentária prevista, deverá consumir R\$ 20,9 bilhões — 68,52% do orçamento de R\$ 30,5 bilhões.

Somente na cobertura de despesas com atendimento hospitalar e ambulatorial, deverão ser investidos R\$ 14,071 bilhões. Esse valor corresponde a 39,3% do orçamento global previsto para 2004. E é 4,72% maior que a previsão de investimento para 2003.

O Piso de Atenção Básica inclui o custeio do repasse fixo para municípios, do PSF (Programa de Saúde da Família) e de projetos de vigilância sanitária e prevenção e combate a doenças transmissíveis. Para essas ações, serão investidos R\$ 4,658 bilhões — 6,44% a mais que neste ano (R\$ 4,376 bilhões).

Os gastos com medicamentos e vacinas também crescerão, indica a proposta orçamentária para 2004. Juntando a cobertura das despesas com medicamentos para DST/Aids, excepcionais, estratégicos e farmácia básica, o Ministério da Saúde deverá investir R\$ 100 milhões a mais no próximo ano, em relação a 2003. Ao todo, R\$ 1,86 bilhão será destinado para o setor. O programa de vacinação também receberá acréscimo de recursos, de 26,68%. No total, deverão ser investidos R\$ 450 milhões, contra os R\$ 355,2 milhões neste ano.



Voluntária participa de campanha de vacinação, que será privilegiada com verbas

GOVERNO

Saúde modifica os critérios para destinação de recursos

ATENDIMENTO A VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA, POR EXEMPLO, SERÁ AMPLIADO

O primeiro Orçamento da União do governo do PT apresentará algumas alterações em relação aos critérios de destinação de recursos verificados em 2003. A Saúde, segundo a assessoria do ministério, será uma das áreas em que as transformações serão percebidas com facilidade.

A proposta orçamentária para 2004 terá mudanças significativas no foco de algumas ações do Ministério da Saúde. O principal exemplo dessa nova postura é a atenção à saúde da população em situações de violência e outras causas externas (confira na tabela 2, na página anterior).

No Orçamento de 2003, foram destinados R\$ 890 mil para financiamento de ações nesse setor. Para o ano que vem, a previsão é de que sejam gastos R\$ 162,8 milhões.

O salto é gigantesco: se aprovado pelo Congresso, o orçamento do Ministério da Saúde para 2004 investirá 182,9 vezes mais em ações preventivas e de atendimento às vítimas de traumas causados pela violência urbana e por acidentes de trânsito, por exemplo, em comparação ao total destinado para 2003.

Outra área que terá aumento significativo na destinação de verbas é o saneamento básico. Juntando o saneamento ambiental urbano e o rural, foi destinado para 2003 um total de R\$ 146,6 milhões. No próximo ano, a previsão é de que o investimento no setor aumente 4,46 vezes, che-



O secretário-executivo do Ministério da Saúde, Gastão Wagner de Sousa Campos

gando a R\$ 654 milhões. Separadamente, o saneamento urbano deverá receber R\$ 562 milhões (5,15 vezes a mais em relação a este ano) e o rural ficará com R\$ 92 milhões (um acréscimo de quase 2,5 vezes sobre o valor que consta do orçamento deste ano).

Para o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Gastão Wagner de Sousa Campos, a mudança de destinação de recursos reflete a postura política do novo comando do Ministério da Saúde — que pretende incentivar a participação da sociedade civil na gestão do setor, a formulação de políticas públicas para a área e a ampliação do atendimento na rede pública.

Segundo ele, no contexto dos anos 90, com o Brasil particularmente mergulhado em um severo ajuste econômico, a globalização reforçou a ten-

dência de desvalorização das políticas públicas. Esse pensamento hegemônico de cunho político e social preconizava a abstenção do Estado na construção dessas políticas. “Somos contra essa postura e assumimos o compromisso de dialogar com os diversos setores da sociedade para, juntos, construirmos um outro panorama. Não há justiça social sem políticas públicas vigorosas. Mas, para isso, teremos de pactuar, negociar e encontrar soluções alternativas para os problemas”, disse Wagner, durante a instalação da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde, em 25 de setembro, no auditório Emílio Ribas, sede do Ministério.

Ele informa ainda que o alto investimento em saneamento básico se deve ao fato de essa ser uma das principais

armas contra a proliferação de doenças de veiculação hídrica. Usualmente, essas enfermidades acometem mais as populações de baixa renda, que não têm acesso à água potável e rede de esgoto.

“O investimento em saneamento básico, aliado a programas preventivos, ajuda a promover a saúde coletiva. É uma área estratégica, de extrema importância, e para a qual estaremos empenhados em garantir os recursos necessários à execução dos projetos”, afirma o secretário-executivo.

Essa é a mesma justificativa para triplicar o investimento em ações de vigilância, prevenção e controle de doenças transmissíveis por vetores e zoonoses, que saltará de R\$ 8,1 milhões em 2003 para R\$ 24,5 milhões no próximo ano.

Gestão participativa e qualificação ganharão mais

Outro grande salto na destinação de recursos também poderá ser verificado em setores considerados prioritários para a nova gestão do Ministério da Saúde, segundo a assessoria da pasta: 1) apoio à gestão participativa; 2) investimento na humanização do atendimento e das relações de trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS); 3) educação permanente e qualificação dos profissionais do SUS.

As verbas para financiamento de projetos de incentivo à participação popular e à intersectorialidade (participação de entidades da sociedade civil organizada) na reforma do SUS crescerão nada menos que 50 vezes — passarão de

R\$ 430 mil para R\$ 21,5 milhões. Já os recursos que deverão ser investidos em ações de humanização e ampliação da atenção à saúde, bem como nos programas de educação permanente e qualificação profissional, aumentarão 2,3 vezes, em média. Para os projetos de humanização, a verba saltará de R\$ 63 milhões para R\$ 144 milhões. Já as verbas destinadas à capacitação profissional deverão crescer de R\$ 202,2 milhões para R\$ 464,1 milhões.

Na opinião do coordenador-geral de Recursos Humanos do Ministério da Saúde, Sábado Girardi, a Mesa Setorial é o começo da implantação efetiva de uma política de

democratização das relações de trabalho no SUS. De acordo com ele, os resultados da Mesa Nacional de Negociação Permanente implicarão mudanças radicais em todas as esferas do governo.

“Hoje, essas relações são pautadas por normas e estatutos rígidos, elaborados quase que unilateralmente pelo Estado, e que negam a autonomia do trabalhador. Pretende-se superar esse modelo burocrático, que ignora conflitos, e partir para outro mais democrático, baseado na convivência e no respeito”, afirmou Girardi, na solenidade de instalação da Mesa Setorial.

O secretário-executivo do Ministério da Saúde, Gastão

Wagner de Sousa Campos, consolidou a importância das relações interpessoais no processo de “produção” da saúde classificando-as como fundamentais e indissociáveis desse mecanismo.

“Procuraremos garantir dignidade e satisfação pessoal aos profissionais do SUS, por meio de valorização das funções desempenhadas, da melhoria das condições de trabalho, e de investimentos em qualificação, capacitação e educação continuada. Da mesma forma, buscaremos expandir o conceito de humanização tanto nas relações de trabalho quanto no contato entre profissionais e usuários do Sistema”, disse.

OPINIÃO

A reforma partidária

José Genoio

A imprensa deu amplo destaque ao recente troca-troca de legenda por parte de parlamentares, na Câmara dos Deputados. O fenômeno não é novo: a cada nova legislatura, que coincide também com a posse de um novo governo, ocorre um intenso movimento de troca de legendas. O índice de trocas é alto na Câmara e quase nulo no Senado. Os cientistas políticos explicam esse fenômeno pela tendência ao governismo por parte dos quadros médios das bancadas parlamentares. Ou seja, para os interesses políticos-individuais desses parlamentares é mais conveniente pertencer a uma bancada de um partido governista do que militar na oposição.

Neste ano, marcado pela posse de nova legislatura e de um novo governo, o troca-troca de legendas na Câmara ultrapassou os 20%. Há, contudo, uma surpresa: o PT, maior bancada parlamentar e principal partido da base governista — partido do presidente da República — praticamente não foi assediado por parlamentares interessados na troca de legenda. Um ou outro deputado, eleito por outro partido, poderá entrar no PT, mas isto se dará por conta de afinidades políticas e programáticas. A explicação mais provável para essa falta de interesse de ingresso no PT se localiza nas normas estatutárias mais rígidas que o Partido sustenta, relativas à disciplina de voto e à contribuição partidária dos parlamentares.

Como era de se esperar, os partidos mais afetados pela troca-troca, são os de oposição: PSDB e PFL. No momento da redação deste artigo, um dia antes do término do prazo para a filiação ou troca de partido para efeito das eleições de 2004, encerrado dia 3, o PFL acusava a perda de 19 deputados dentre os 84 eleitos pelo partido e o PSDB estava perdendo 18 deputados. Em termos absolutos, o PSD que elegeu 4 deputados, o PST que elegeu 3 e o PSDC que elegeu 1, foram os que mais perderam: todos os deputados dessas legendas migraram para outros partidos. Em termos relativos, o partido mais beneficiado foi o PTB, que de 26 deputados eleitos, até o momento, passou para 52. Trata-se de um partido da base governista, o que explica seu poder de atratividade.

A reiteração do troca-troca de legendas por parte de parlamentares, a cada nova legislatura e a cada novo governo, indica que a reforma de alguns aspectos do sistema partidário deve fazer parte de uma eventual reforma política. O objetivo da mudança desses aspectos deve

ser o de fortalecer os partidos políticos. Para atacar o problema do troca-troca, o alvo central que deve ser atacado é o da infidelidade partidária.

O conceito de infidelidade se refere ao fenômeno de troca de um partido por outro. Evidentemente que qualquer filiado de um partido deve ter o direito assegurado de poder filiar-se a outro partido. Mas, em se tratando de parlamentar, a relação é diferente. A legislação partidária deveria determinar que o mandato pertence ao partido. O PT já incluiu este princípio em seu estatuto. Mas para que ele adquira validade jurídica definitiva, deveria ser incorporado à legislação partidária. Desta forma, os parlamentares que trocariam de partido, perderiam seus mandatos já que estes pertenceriam aos partidos políticos.

Outro aspecto do fortalecimento dos partidos diz respeito à disciplina partidária. Este princípio afirma a necessidade dos militantes, dirigentes e parlamentares dos partidos de implementarem as decisões das instâncias partidárias, aplicando, inclusive, a disciplina de voto das bancadas. Este princípio não pode e não deve ser inteiramente institucionalizado. Ele se refere mais à estrutura organizativa dos partidos e às normas estatutárias. Não é possível avocar a ideia de um sistema partidário forte, no qual os partidos realmente representem o eleitorado, sem sacramentar o princípio da disciplina partidária, garantindo, sempre, o direito de opinião.

Outro mecanismo que pode fortalecer o sistema de partidos se refere à definição das listas dos candidatos aos cargos legislativos. Atualmente as listas são abertas, o voto é nominal no candidato. Um sistema de lista fechada ou de lista mista favorece o fortalecimento dos partidos. O sistema de lista mista, no qual metade dos candidatos seria definida por um ordenamento hierárquico decidido pelo partido e metade dos candidatos se elegeria pelo atual sistema de lista aberta, pode agregar uma vantagem. Ao mesmo tempo em que se fortaleceria a prevalência da escolha partidária sobre a escolha individual, o eleitor teria a possibilidade de indicar o candidato de sua preferência.

O fato é que existem algumas combinações que podem ser feitas para melhorar o sistema atual. Acrescente-se a tudo isso, a necessidade da adoção do financiamento público das campanhas. Mas para que o financiamento público das campanhas adquira coerência, é necessário definir que os mandatos pertençam aos partidos.

* Presidente nacional do PT

PT NOTÍCIAS CUPOM DE assinatura

Assine o PT Notícias e fique sabendo tudo o que acontece com o nosso partido e com o governo Lula. Quinzenalmente, o PT Notícias chega à sua casa, para deixar você por dentro do que é importante. Basta preencher este cupom, escolhendo a melhor forma de pagar.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.

2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)

3) Cobrança bancária.

4) Cartão de crédito:

Visa Mastercard Diners

Número do cartão: _____

Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo - SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Genoio

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte

Ana Ribeiro (assessora)

EDIÇÃO

Ralph Machado - MTB 21.131

REDAÇÃO

Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert e Walter Venturini

DIAGRAMAÇÃO

Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Zamprogna

FOTOS

Agência Brasil, Agência Informes, Ministério da Saúde e Presidência da República

SEDE

Rua Silveira Martins, 132

São Paulo, SP

CEP 01019-000

Tel.: (11) 3243-1313

Fax: (11) 3243-1349

E-mail: pntot@pt.org.br

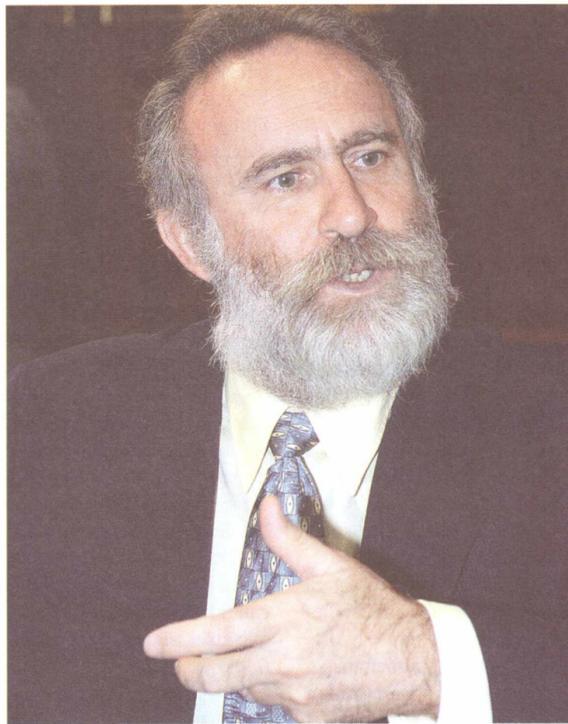
Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 8.000 exemplares

Fotolitos e impressão: Neo Graf

INTERNACIONAL

Fórum cobra mudanças na OMC



Os deputados federais petistas Tarcísio Zimmermann e Doutor Rosinha (dir.), que participaram de reunião em Cancun

REDE PARLAMENTAR MUNDIAL DEFENDE DEMOCRATIZAÇÃO DA ENTIDADE QUE REGULA O COMÉRCIO INTERNACIONAL

A Rede Parlamentar Mundial comemorou sua participação no Fórum Parlamentar Mundial realizado em Cancun (México) no início de setembro, às vésperas do encontro ministerial da OMC (Organização Mundial de Comércio) que aconteceu na mesma cidade. A rede foi criada em janeiro passado, durante o Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre.

Além das discussões próprias do fórum parlamentar, os cerca de 200 participantes divulgaram uma declaração de apoio às reivindicações dos países do G-22, grupo liderado pelo Brasil que participou ativamente da reunião da OMC. O texto, aprovado no dia 8 de setembro e entregue ao secretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas), Kofi Annan, criticou o andamento das negociações da OMC e reivindicou mais poder para os Congressos nacionais sobre negociações e acordos comerciais.

Conquistas

O deputado Doutor Rosinha (PT-PR), presidente da Comissão Mista do Mercosul, destacou a importância do encontro da Rede Parlamentar Mundial. Pela primeira vez, segundo Rosinha, a instituição "começou a conquistar seu espaço". Foi aprovado documento, entregue para a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e outras organizações, em que os parlamentares reivindicam mais participação na elaboração e avaliação de acordos internacionais.

Segundo o deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS), o encontro foi fundamental para ampliar a participação dos parlamentares nas discussões internacionais.

"Os acordos internacionais têm sido, às vezes, apenas ratificados pelos parlamentos e é necessária uma maior participação nas discussões dos projetos. A presença dos parlamentares é um avanço para uma maior transparência no processo de negociação e mais democratização no processo de decisão".

A proposta prevê, por exemplo, que o Parlamento brasileiro possa estabelecer critérios para as negociações e também rejeitar acordos. Hoje, o Congresso Nacional apenas referenda acordos ou, no máximo, como aconteceu no caso do acordo com os Estados Unidos para uso da base de Alcântara (MA), impõe ressalvas e, sem aprová-las, "engaveta" o texto e força politicamente o governo a renegociar alguns pontos.

Participação

Celeste Dantas, assessora da Secretaria de Relações Internacionais do PT, representou o partido na reunião da rede e enfatizou a importância destes mecanismos supranacionais também nas decisões relativas às negociações da Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

"A participação e articulação maior de parlamentares nas mobilizações e discussões do acordo da Alca era uma antiga demanda dos movimen-

"Os acordos internacionais têm sido, às vezes, apenas ratificados pelos parlamentos e é necessária uma maior participação nas discussões dos projetos. A presença dos parlamentares é um avanço para uma maior transparência no processo de negociação e mais democratização no processo de decisão."

Tarcísio Zimmermann, deputado (PT-RS)

tos sociais", disse ela, complementando que a reunião de parlamentares elaborou uma agenda de mobilizações sobre o tema. Em sua avaliação, isto vai promover uma aliança maior com os movimentos sociais. Celeste, que é responsável pela secretaria do Foro São Paulo (grupo de partidos de esquerda coordenado pelo PT), destacou também a integração maior da agenda da Rede com o Foro.

Reivindicações

A Rede Parlamentar Internacional propôs um programa mínimo de medidas para ser incluído na agenda da OMC. Defende, por exemplo, que o processo de negociação da OMC deixe de ser apenas um assunto entre governos e passe a ser submetido aos Congressos nacionais antes de qualquer decisão.

O documento criticou a inclusão de novos temas na conferência sem que tenham sido resolvidas várias questões pendentes, como o tratamento especial e diferenciado à propriedade intelectual e à saúde pública, agricultura, entre outras modalidades. "Não se pode aceitar mais o aumento das competências da OMC, enquanto não se avançam nem se concluem temas essenciais para o desenvolvimento sustentável", argumentam os parlamentares, em consonância com o G-22.

A declaração se posicionou a favor da manutenção e fortalecimento dos serviços públicos, ao acesso da população aos medicamentos, e se opõe ao patenteamento de formas de vida.

O grupo parlamentar quer ainda proteger a independência dos Acordos Multilaterais Ambientais (AMA), acabar com os subsídios agrícolas, manter a competência da OIT na regulamentação dos direitos sociais, ressaltar a perspectiva de multifuncionalidade da agricultura. Quer também garantir o princípio de precaução e de sustentabilidade, segundo o qual não se pode aplicar a mesma regulamentação a partes desiguais. Cada país deve conservar toda liberdade para determinar os riscos que podem existir sobre a saúde, o bem-estar e o meio ambiente de seus cidadãos, e determinar as medidas de precaução correspondentes.

Reunião em Cancun consolida liderança do país

Na avaliação dos petistas Doutor Rosinha (PR) e Tarcísio Zimmermann (RS), que participaram da conferência da OMC como observadores ao lado do também deputado federal João Grandão (PT-MS), a reunião representou a consolidação da liderança brasileira no cenário internacional. Para Doutor Rosinha, é verdade que a reunião foi um fracasso, como publicou a maior parte da imprensa, "mas para os poderosos".

O deputado do PT salientou que a força do G-22 não foi criada da noite para o dia. "Foi resultado de uma estratégia de ação, colocada em prática desde o início do governo Lula, a favor do Mercosul, da América do Sul e por meio de acordos com a Índia e África do Sul", relatou.

Zimmermann preferia avaliar a OMC como fracassada a ter que se submeter à imposição de regras desfavoráveis pelos países ricos. Nes-

se sentido, ele considerou que o Brasil sai fortalecido da reunião "como autoridade política com uma capacidade de negociação diferenciada".

O petista lembrou que, antes do encontro em Cancun, a expectativa era de mais uma reunião em que Estados Unidos e União Européia conseguiriam impor sua pauta "sobre o conjunto de países em desenvolvimento, seja sobre agricultura, bens e serviços, mas eles não impuseram".

Para o petista, tal reação dos países mais pobres deve ser interpretada dentro de um contexto de crise em todos os grandes organismos que sempre deram suporte aos países desenvolvidos.

Além da OMC em Cancun, ele cita a ONU (Organização das Nações Unidas) no Iraque e o FMI (Fundo Monetário Internacional) na Argentina. "Eles estão sendo duramente questionados e estão na defensiva", afirmou.

NOTAS

PT lidera 'cabeças' do Congresso

Da Agência Informes

O Partido dos Trabalhadores tem 23 entre os 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. São 18 deputados e 5 senadores os petistas considerados no novo levantamento do Diap (Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar), o décimo da série "Os Cabeças do Congresso". O estudo é coordenado pelo jornalista, Antônio Augusto de Queiroz, diretor da entidade.

De acordo com o estudo, os parlamentares que comandam o processo legislativo têm formação superior, são profissionais liberais, já cumpriram mandatos anteriores, são oriundos das regiões ricas ou dos estados ricos das regiões pobres, pertencem aos maiores partidos e se destacam como debatedores e articuladores.

O PFL é o segundo colocado, com 13 deputados e 6 senadores; o PMDB, 8 deputados e 7 senadores; o PSDB, 9 deputados e 5 senadores; o PTB, 7 deputados; o PSB, 1 senador e 5 deputados; o PP, o PCdoB e o PL, 4 deputados cada; o PDT com 1 senador e 2 deputados; e o PPS, 1 deputado.

No plano estadual, São Paulo lidera a lista dos "cabeças", com 19 deputados e 2 senadores. Em segundo lugar aparece o Rio de Janeiro, com 10 deputados.



Pellegrino e Chinaglia, dois dos petistas na lista

Veja os petistas da lista

Da Agência Informes

São os seguintes os deputados do PT que constam da lista dos mais influentes do Parlamento, segundo o Diap: Arlindo Chinaglia (SP), Doutor Rosinha (PR), Fernando Ferro (PE), Henrique Fontana (RS), João Paulo Cunha (SP), presidente da Câmara, Jorge Bittar (RJ), José Pimentel (CE), Luciano Zica (SP), ouvidor parlamentar, Luiz Eduardo Greenhalgh (SP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Nelson Pellegrino (BA), líder da bancada, Paulo Bernardo (PR), Paulo Delgado (MG), Paulo Rocha (PA), Professor Luizinho (SP), Sigmaringa Seixas (DF), Vicentinho (SP), Virgílio Guimarães (MG) e Walter Pinheiro (BA).

Os senadores petistas que integram a relação são Aloizio Mercadante (SP), Eduardo Suplicy (SP), Heloisa Helena (AL), Paulo Paim (RS) e Tião Viana (AC), líder da bancada no Senado.

Além destes, a lista traz parlamentares em ascensão, na avaliação do Diap. São 15 deputados petistas — Babá (PA), Carlito Meres (SC), Chico Alencar (RJ), Doutora Clair (PR), Eduardo Valverde (RO), Fernando Gabeira (RJ), Ivan Valente (SP), José Eduardo Cardozo (SP), Lindberg Faria (RJ), Maninha (DF), Maria do Carmo Lara (MG), Maurício Rands (PE), Mauro Passos (SC), Paulo Pimenta (RS) e Patrus Ananias (MG) — e 2 senadoras, Ana Júlia Carepa (PA) e Ideli Salvatti (SC).

Previdência terá emenda paralela

O relator da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Tião Viana (PT-AC), conseguiu as assinaturas necessárias para apresentar uma Proposta de Emenda Constitucional alternativa sobre a reforma da Previdência. No total, Viana conseguiu 29 assinaturas, duas a mais que o mínimo exigido. Essa PEC paralela tramitará simultaneamente ao texto original da reforma, com o objetivo de fazer algumas alterações pontuais.

Reforma tributária sai até o dia 14

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, afirmou que o prazo final para apresentar o parecer da reforma tributária que vai propor alterações no texto aprovado pela Câmara é o dia 14 de outubro. "Terça-feira, à noite, é a nossa data limite para apresentar um anteprojeto de reforma. Vamos continuar negociando, porém temos poucos dias", afirmou. Cerca de 16 artigos da proposta deverão ser modificados.

Deputada filia-se ao PT da Paraíba

A deputada federal Lúcia Braga (PB) deixou o PMN e filiou-se ao PT no último dia 3 de outubro e ratificou o apoio à pré-candidatura do ex-deputado federal Avenzoar Arruda (PT-PB), atual delegado regional do Trabalho na Paraíba, à Prefeitura de João Pessoa.

PARTIDO

Começa a campanha de filiação

O PT iniciou em outubro uma nova campanha nacional de filiação, como parte das estratégias para as eleições municipais de 2004. Os trabalhos, que devem se estender até junho do próximo ano, visam elevar o número de filiados, hoje em mais de 500 mil. “Estamos fazendo um recadastramento geral e, ao mesmo tempo, uma filiação a partir dos diretórios municipais e estaduais. Queremos crescer”, disse o presidente nacional do PT, José Genoíno.

De acordo com Silvio Pereira, secretário nacional de Organização, há Estados em que as metas de filiação poderão ser ambiciosas. “Aqueles que têm menor índice de filiados por mil eleitores podem se comprometer com metas mais desafiadoras, já que têm mais espaço para

PARTIDO QUER ELEVAR O NÚMERO DE FILIADOS, QUE JÁ PASSA DOS 500 MIL, E CHEGAR A TODOS OS MUNICÍPIOS DO PAÍS

crescer”, disse Pereira, que também é o coordenador-geral do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral). Ele ressaltou, no entanto, que não basta filiar indistintamente. “É preciso ser qualidade”, disse.

O Portal do PT (www.pt.org.br) já conta com uma página específica para as novas filiações, em que é possível consultar informações básicas sobre o partido e obter material de campanha, além de verificar os resultados do recadastramento encerrado no início do ano. Os interessados em se filiar devem ter pelo menos 16 anos e podem procurar os diretórios municipais do PT, além de contar

com um serviço gratuito de informações pelo tel. 0800-70-100-13.

De acordo com o secretário nacional de Finanças e Planejamento, Delúbio Soares, o partido já está organizado em 5.400 municípios do Brasil e pretende encerrar este ano com presença em todos os municípios brasileiros. Há Estados onde o PT já está presente em todas as cidades, como Acre, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí e Rondônia. Um dos objetivos para 2004, segundo Soares, é eleger pelo menos um vereador naqueles 5.400 municípios.

Para Genoíno, a estrutura

do partido será fundamental no próximo ano. “Primeiro pela mobilização do partido. Em segundo lugar, pela possibilidade de lançarmos candidaturas de vereadores em todos os municípios brasileiros. Em terceiro, porque buscamos filiações políticas e também para a militância social”, analisou o dirigente petista.

Segundo Genoíno, o PT pretende, nas eleições de 2004, manter as 192 prefeituras que governa atualmente, entre elas oito capitais, e avançar mais em algumas regiões do país. “Temos um plano para crescer em muitas capitais do Nordeste, assim como no Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Para isso o PT tem que lançar bons candidatos para ganhar, tem que fazer alianças com os partidos que apoiam o presidente Lula”, disse.

OPINIÃO

O PT e a nossa estrela

Conceição Nascimento*
Teresa Cristina Sousa**

Em 1922, a mobilização promovida pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino levou milhares de mulheres às ruas clamando pelo voto feminino. Passados 81 anos desde aquele episódio, entretanto, ainda não se pode dizer que as mulheres atingiram o poder de fato.

Realizando uma rápida observação dos governos e mesmo dos partidos políticos, constatamos que existe apenas uma incorporação teórica das ações afirmativas e, por conseguinte, dos princípios de igualdade. Pouco mudou nas regras que conduzem ao poder e ao acesso às políticas públicas inclusivas.

A participação das mulheres com igualdade de condições nos pleitos eleitorais, como executoras de políticas públicas e a real implementação de mecanismos de equidade, são os pressupostos de mudança nas políticas sociais e na efetiva consolidação da democracia.

Alguns números chamam a nossa atenção, ainda hoje, para a falta de participação política das mulheres, segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo: 56% das mulheres brasileiras avaliam não ter qualquer influência sobre o processo eleitoral; apenas 34% participam fazendo campanha, convencendo sobre a importância deste ou daquele candidato. E o que mais assusta é que 17% acreditam que as mulheres não estão preparadas para nenhuma instância de poder; outros 11% acham que as mulheres só podem governar estados e municípios e 8%, só municípios. Ou seja, 36% não creem na capacidade das mulheres em governar o país.

Esta mesma pesquisa ressalta que o PT é o partido preferido das mulheres (19%), contudo 53% não demonstram qualquer preferência partidária, o que nos leva a constatar que ainda temos uma enorme fatia do eleitorado feminino a conquistar.

Estes dados robustecem a nossa convicção de que as mulheres ainda têm muitos obstáculos a serem vencidos rumo às estruturas de poder, não estando assim incluídas nos mais altos postos de poder.

A aprovação da Lei de Cotas, há sete anos, ainda demonstra tímidos resultados no cenário político nacional. Mesmo dentro dos partidos ainda é frágil a participação feminina, uma vez que dos 30% das vagas reservadas para as mulheres, os partidos não chegam a preencher 10% das candidaturas.

As mulheres brasileiras, apesar de constituírem mais de 50% do eleitorado, ainda têm uma participação muito reduzida no

Parlamento, respectivamente 8,2% e 12,3%, na Câmara dos Deputados e no Senado, isto apesar do crescimento significativo em 2002.

No PT, ainda somos 30% nas direções estaduais e nacional, mas já contamos no Executivo com 5 ministras e 10 prefeitas (em 6 Estados). No Legislativo, estamos representadas por 5 senadoras, 15 deputadas federais, 29 deputadas estaduais e cerca de 350 vereadoras.

A importância de estar participando das próximas eleições, para nós mulheres petistas, não é só uma questão protocolar, afinal, participamos da fundação e elaboração do projeto do nosso partido e somos, segundo a escritora Lucia Avelar, um “segundo tipo” de políticas, ou seja “aquelas militantes oriundas dos movimentos sociais” que se fizeram na luta e, sobretudo, acreditaram no ganho de poder das mulheres. Muitas das conquistas que temos hoje, no executivo ou mesmo na elaboração de leis, são fruto das nossas conquistas, cujo marco histórico foi o estabelecimento das cotas e a implantação de medidas afirmativas em nosso 1º Congresso.

A idéia da campanha “O PT precisa de nossa estrela” é a de incentivar as mulheres petistas a se candidatarem nas eleições municipais de 2004. As mulheres têm capacidade administrativa e política de atuar no legislativo e no executivo, quer a nível municipal, estadual ou federal. A experiência que acumulamos na luta partidária não é de pouca importância.

Sabemos o quanto é desgastante uma campanha eleitoral, sobretudo se levarmos em conta que cabem, ainda hoje, às mulheres os cuidados com a casa e com os filhos. Para que possamos justamente mudar este quadro é preciso que as próprias mulheres assumam as rédeas de seus destinos e participem ativamente do processo político como um todo. Não podemos continuar esperando que os homens façam as leis e governem o país, pois assim vamos permanecer alijadas dos processos de decisão.

As que se candidatarem não estarão só no árduo caminho até as eleições. Além deste cartaz que inicia esta nossa campanha, a Secretaria Nacional de Mulheres do PT junto com as secretarias estaduais estarão empenhadas na preparação de seminários e um caderno de formação que ajudem as companheiras candidatas a ter o melhor desempenho possível durante suas campanhas.

* Secretária Nacional de Mulheres do PT

** Militante do PT-Goiás



NOVO ENDEREÇO O presidente do PT, José Genoíno, ministros (como José Dirceu e Olívio Dutra), parlamentares (como João Paulo Cunha), dirigentes e funcionários do partido soltam fita na solenidade que marcou a inauguração do novo Escritório Nacional em Brasília (Ed. Varig, SCN, Quadra 04, Bloco B, 7º andar, sala 704, tel. 61-213-1113)

Prefeituras do PT são premiadas

A CEF (Caixa Econômica Federal) premiou no último dia 2 em Brasília, os dez ganhadores do prêmio “Caixa Melhores Práticas em Gestão Local 2003/2004”. Quatro prefeituras petistas foram agraciadas: Pintadas (BA), Goiânia (GO), Sacramento (MG) e Resende (RJ).

O concurso escolheu os dez projetos entre os mais de 250 inscritos em diferentes temáticas como habitação, gestão ambiental e erradicação da pobreza. Os vencedores serão inscritos no programa de Melhores Práticas e de Lideranças Locais do Habitat, da ONU (Organização das Nações Unidas), que será realizado em Barcelona, na Espanha, no próximo ano.

Os projetos selecionados receberam placa personalizada, troféu e R\$ 25 mil, concedidos para a realização de estudo técnico e para atender a outros objetivos que resultem em melhorias para a comunidade atingida pela prática.

Os ministros Olívio Dutra (Cidades) e Ciro Gomes (Integração Nacional) estiveram presentes na entrega do prêmio, além do presidente da Caixa, Jorge Mattoso, e outros 400 convidados entre autoridades, avaliadores externos e representantes de universidades e de entidades ligadas à agenda social.

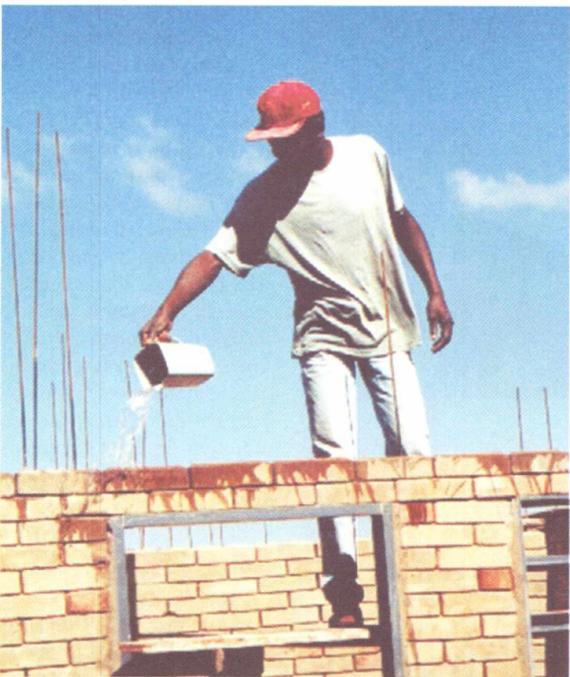
A terceira edição do concurso teve como objetivo premiar as prefeituras que mais investem em projetos de ação social e cidadania. Durante a cerimônia de premiação foi exibido um vídeo mostrando como funcionam os projetos e seus idealizadores.

Julita Trindade de Almeida, secretária de Saúde de Pintadas (BA), uma das cidades petistas vencedoras do prêmio comemorou: “É o reconhecimento de toda uma luta, um trabalho de mais de vinte anos”, e finalizou: “Esses programas contribuem na luta por uma sociedade mais justa e participativa”.

“Ao cuidar bem do nosso meio ambiente, estamos, por exemplo, praticando uma ação preventiva importante na área de saúde, pois muitas doenças podem ser evitadas se o cidadão viver num ambiente saudável. À frente do Ceivap, estamos tendo a oportunidade de propagar esta visão para vários outros municípios, ajudando os moradores destas cidades a conquistarem uma vida melhor”, declarou o prefeito de Resende (RJ), Eduardo Meoas.

Em Goiânia, administrada pelo petista Pedro Wilson, desde a implantação do projeto Fora de Risco foram atendidas 4.402 famílias. A prefeitura tem conseguido, por meio de uma sistemática de fiscalização, evitar a reocupação dessas áreas.

Confira os projetos petistas vencedores no prêmio da Caixa neste ano: Projeto Pintadas Viva (Pintadas, BA) – Projeto Saneamento, Educação Ambiental e Cidadania; Fora de Risco (Goiânia, GO) – Programa de Erradicação das Situações de Risco; Projeto Cajuru (Sacramento, MG) – Projeto Social Habitacional; e Ceivap (Resende, RJ) – Gestão Integrada de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

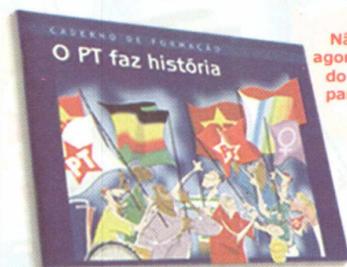


Morador trabalha em mutirão em Sacramento

O PT faz história

Caderno de Formação - 2ª edição

Com esta segunda edição do Caderno de Formação O PT faz história queremos, de um lado socializar princípios e objetivos, identificar historicamente os interesses sociais que justificaram a fundação e legitimam a existência do nosso partido.



Não perca tempo, adquira agora o Caderno de Formação do PT - 2ª edição, o preço é para companheiro nenhum reclamar.

por apenas:
R\$ 2,00

Formato: 25,5 x 20,5 cm - 78 páginas

acessem o site pelo www.pt.org.br

tecnologiamicrula

GOVERNO

Lula celebra vitórias em 9 meses

“ACABOU O TEMPO DAS VACAS MAGRAS”, AFIRMA O PRESIDENTE EM ENTREVISTA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou o seu otimismo e comemorou os resultados obtidos nos nove primeiros meses do ano em uma recente entrevista em Brasília. “Eu acho que o sacrifício que tinha que ser feito já foi feito e todos nós no governo estamos otimistas que, neste último trimestre do ano e para o começo do ano, a economia brasileira vai voltar a crescer”, afirmou.

Lula concedeu sua primeira entrevista coletiva às emissoras de rádio que fazem a cobertura diária no Palácio do Planalto no último dia 2. Participaram jornalistas das rádios CBN, Eldorado, Jovem Pan, Rádio Gaúcha, Rádio Guaíba, Itatiaia, Tupi, Bandeirantes e Rede Católica.

A íntegra da entrevista, que durou cerca de uma hora e 30 minutos, pode ser consultada pela internet, no site da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência (www.info.planalto.gov.br). Leia, a seguir, os principais trechos, selecionados pela Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica e pelo PT Notícias.

Segurança Pública

Para você ter uma ação de segurança pública muito mais usada, muito mais eficaz, você precisa, primeiro, organizar a polícia. Nós criamos o Sistema Único de Segurança Pública. Foi feito convênio com todos os Estados da Federação para que haja um trabalho integrado entre a Polícia Federal e as polícias estaduais, tanto a Militar quanto a Civil. Nós criamos um grupo de elite, de gente muito experimentada. Essas pessoas estão sendo preparadas, estruturadas, para começar a funcionar.

Estradas

Nós pegamos o governo com todas as estradas brasileiras deterioradas, todas. Era um problema que vinha se arrastando há oito anos, e nós resolvemos começar uma operação tapa buraco. Nesses nove meses já foram 20 mil quilômetros de estradas, de buracos tapados em caráter emergencial. Outros 2 mil quilômetros foram praticamente recapeados. (...) Nós começamos a terminar a Fernão Dias, que estava paralisada há vários anos, vamos terminar a BR-116, que liga o sul do país ao restante do Brasil.

Crescimento

A retomada do crescimento da economia é o nosso desejo, é a nossa obsessão e é o nosso sonho. Nós, dia primeiro de janeiro, tínhamos um risco Brasil de quase 2.400 pontos, uma perspectiva inflacionária de 40% para os próximos 12 meses. E nós precisávamos recuperar inclusive a credibilidade internacional, porque o Brasil não tinha um centavo para financiamento das suas exportações. Hoje está consagrada essa credibilidade no exterior. Nós, hoje, podemos falar de cátedra que, para os próximos 12 meses, a



DOAÇÃO Lula entrega cheque de US\$ 55 mil, que recebeu do governo da Espanha no prêmio Príncipe das Astúrias, ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, na primeira doação a um fundo mundial contra a fome. Em discurso na abertura da Assembléia Geral, o presidente sugeriu maior ação internacional contra a miséria. Leia mais na pág. 4



Lula responde às perguntas de jornalistas de rádio durante entrevista ao vivo realizada no Palácio do Planalto

inflação não ultrapassará os 7%. As taxas de juros começaram a cair e nós começamos a bater recorde atrás de recorde nas nossas exportações. Estamos recuperando a indústria naval. Estamos estabelecendo um projeto com a indústria de reflorestamento para aumentar a área plantada de florestas para a produção de celulose. Fizemos acordo com a indústria automobilística para reativar a venda de carros. Começamos a liberar uma série de recursos do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, para o microcrédito. E acabamos de fazer um acordo com o movimento sindical como um todo, com todas as correntes, para que os trabalhadores tenham acesso a empréstimos a juros de 2% ou um pouquinho mais. Tudo isso com o objetivo de colocar dinheiro no mercado e reativar a economia. Foi para isso que nós anunciamos R\$ 5,4 bilhões para a agricultura familiar. Foi para isso que nós destinamos a maior quantia de dinheiro para a agricultura brasileira que, no próximo ano, se Deus quiser, baterá novo recorde, irá para 122 milhões de toneladas de grãos. E tudo isso eu acho que está dentro de uma certeza que nós temos, que acabou o tempo das vacas magras, ou seja, eu acho que o sacrifício que tinha que ser feito já foi feito e todos nós no governo estamos otimistas que, neste último tri-



Lula e Fidel, diante de monumento a José Martí

mestre do ano e para o começo do ano, a economia brasileira vai voltar a crescer.

Transgênicos

Não se trata de ser contra ou a favor. Se trata de você ficar diante de uma realidade em que o presidente da República tem que dizer: ou faz ou não faz. Quando chegamos no mês de fevereiro nos de-

paramos com uma realidade que até então não conhecíamos, que era o fato da soja transgênica estar plantada, não apenas no Rio Grande do Sul, mas em outras partes do Brasil. Estávamos com nove milhões de sacas de soja estocadas. Tínhamos duas coisas a fazer: ou nós proibíamos a comercialização e teríamos que mandar a Polícia Federal

tocar fogo na soja — que seria uma fotografia horrível, num país em que o povo está com fome, num país que precisa exportar, num país que precisa produzir, ou você entendia a situação que estava vivendo naquele momento, e criava as condições para poder comercializar aquilo. Nós, então, abrimos a comercialização da soja. Uma parte foi exportada, outra parte foi comercializada aqui. E foi estabelecida a rotulagem da soja (...) Então, num caráter excepcional, nós, outra vez, estendemos a medida provisória por mais um tempo, e nesses próximos dias vamos dar entrada no projeto para que o Congresso Nacional defina e regulamente, de uma vez por todas, o problema dos transgênicos no Brasil. E aí a lei vai valer para todos, porque nós vamos fiscalizar com muita força.

Cartão Alimentação

A partir do dia 25 de outubro, 1 milhão e 70 mil famílias vão começar a receber o cartão alimentação. É um crescimento de 41% em relação a setembro. Os municípios atendidos serão 1.227, 47% maior do que os municípios que estão recebendo agora. Eu estou falando de 25 de outubro. Em um mês, você vai ter 47% a mais no número de municípios e 41% a mais da população. Os municípios aptos a receber o programa são

1.885. E temos 1.298 comitês gestores organizados. Portanto, o programa está funcionando à toda prova.

Fome Zero

Nós começamos em Guaribas [no Piauí] há sete meses. A taxa de mortalidade infantil caiu de 35,7 por mil para 0. Ou seja, até agora não morreu nem uma criança nascida em Guaribas. O número de crianças nascidas com peso abaixo do normal caiu de 8 para 3 crianças. Uma queda de 35%. A proporção de desnutrição protéico-calórica em crianças menores de um ano caiu de 20,6 para 16. A proporção de crianças menores de dois anos que apresentavam diarreia caiu de 16% para 11%. A proporção de gestantes acompanhadas que iniciaram o pré-natal no primeiro trimestre passou de 16% para 40,8%. A cobertura vacinal, que era de 9%, passou para 96%. Ou seja, se vocês forem a Guaribas, vão perceber que houve uma revolução naquela cidade.

Cuba

Eu conversei quase duas horas com o presidente Fidel Castro sobre a questão dos prisioneiros de Cuba. Acontece que fui a Cuba como chefe de Estado. E um chefe de Estado, as boas maneiras indicam, não pode dar palpite na política de outro país. Nem eu dou na dos outros, nem quero que eles dêem na minha. Respeito é bom, eu dou e gosto de receber. Conversei com Fidel sobre o brasileiro que estava lá; conversei sobre os cinco cubanos que estão condenados à pena de morte nos Estados Unidos — porque as pessoas só falam de um lado, não falam dos dois lados. (...) Eu, José Dirceu e Frei Betto passamos uma hora e meia conversando sobre direitos humanos. (...) A mim cabe apenas dizer ao chefe de Estado como é que eu acho que deveriam ser as coisas, não cabe mais do que isso.

Mudanças

As pessoas que dizem que não mudou ou não entendem o que está acontecendo ou não querem entender. Porque a mudança houve não apenas nas pessoas eleitas, mas no comportamento das pessoas eleitas e nas diretrizes da política eleita. (...) Mudou quando, no ano passado, gastou-se R\$ 2 bilhões para a agricultura familiar e nós estamos nos propondo a gastar R\$ 5,4 bilhões. Mudou quando nós criamos a Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial. Mudou quando demos uma força à Secretaria da Mulher. Mudou quando criamos uma Secretaria da Pesca. Mudou quando ficamos arrojados na nossa política internacional e resolvemos fazer com que o Brasil se apresentasse ao mundo com autonomia e não de cabeça baixa, subordinado a interesses dos países ricos. (...) Nós estamos trabalhando com a certeza de que a economia brasileira vai voltar a crescer, de que a estabilidade foi conseguida, de que a inflação está controlada e de que, agora, vamos criar as condições para que o Brasil cresça, gere empregos e distribua a riqueza. Esta é a mudança substancial que não aconteceu em oito anos.

Í N T E G R A

Leia o discurso de Lula na ONU

Luiz Inácio Lula da Silva

Que minhas primeiras palavras diante deste Parlamento Mundial sejam de confiança na capacidade humana de vencer desafios e evoluir para formas superiores de convivência no interior das nações e no plano internacional.

Em nome do povo brasileiro, reafirmo nossa crença nas Nações Unidas. Seu papel na promoção da paz e da justiça permanece insubstituível.

Rendo homenagem ao secretário-geral Kofi Annan, por sua liderança na defesa de um mundo irmanado pelo respeito ao direito internacional e a solidariedade entre as nações.

Esta Assembléia se instala sob o impacto do brutal atentado à Missão da ONU em Bagdá que vitimou o Alto Comissário para Direitos Humanos, nosso compatriota Sérgio Vieira de Mello. A reconhecida competência de Sérgio nutria-se das únicas armas em que sempre acreditou: o diálogo, a persuasão, a atenção prioritária aos mais vulneráveis. Exerceu, em nome das Nações Unidas, o humanismo tolerante, pacífico e corajoso que espelha a alma libertária do Brasil. Que o sacrifício de Sérgio e de seus colegas não seja em vão. A melhor forma de honrar sua memória é redobrar a defesa da dignidade humana onde quer que ela esteja ameaçada.

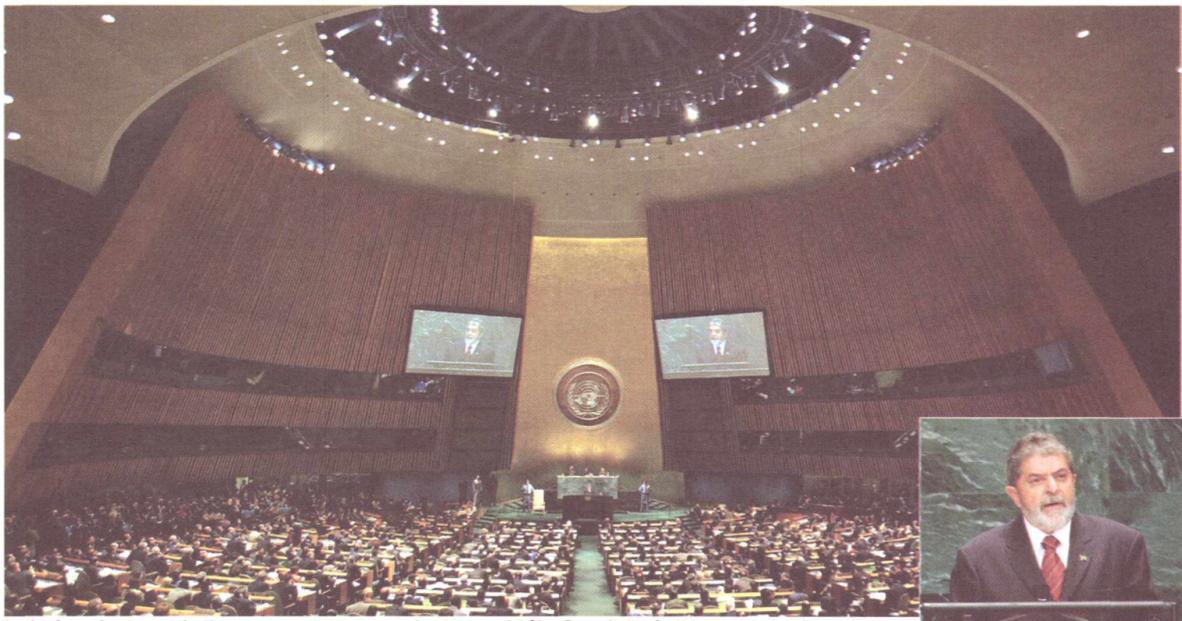
Saúdo fraternalmente o senhor Julian Hunte, que assume a presidência desta Assembléia em momento especialmente grave na história da ONU. A comunidade internacional está diante de enormes desafios políticos, econômicos e sociais, que exigem esforço acelerado de reforma da Organização, para que nossas decisões e ações coletivas passem a ser de fato respeitadas e eficazes.

Senhoras e senhores, Nesses nove meses como presidente do Brasil, tenho dialogado com líderes de todos os continentes. Percebo nos meus interlocutores forte preocupação com a defesa e o fortalecimento do multilateralismo. O aperfeiçoamento do sistema multilateral é a contraparte necessária do convívio democrático no interior das nações. Toda nação comprometida com a democracia, no plano interno, deve zelar para que, também no plano externo, os processos decisórios sejam transparentes, legítimos, representativos.

As tragédias do Iraque e do Oriente Médio só encontrarão solução num quadro multilateral, em que a ONU tenha um papel central. No Iraque, o clima de insegurança e as tensões crescentes tornam ainda mais complexo o processo de reconstrução nacional. A superação desse impasse somente poderá ser assegurada a partir da liderança da ONU. Não apenas no restabelecimento de condições aceitáveis de segurança, mas também na condução do processo político, com vistas à restauração plena da soberania iraquiana no mais breve prazo.

Não podemos fugir a nossas responsabilidades coletivas. Pode-se talvez vencer uma guerra isoladamente. Mas não se pode construir a paz duradoura sem o concurso de todos.

Senhor presidente, Dois anos depois, ainda estão vivas em nossa memória as imagens do bárbaro atentado de 11 de setembro. Existe, hoje, louvável disposição de adotar formas mais efetivas de combate ao terrorismo, às armas de destruição em massa, ao crime organizado. Constata-se, no entanto, preocupante tendência de descreditar a nossa Organização e



Lula (no destaque) discursa na abertura da Assembléia Geral da ONU

O PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA PARTICIPOU DA ABERTURA DA 58ª ASSEMBLÉIA GERAL, EM SETEMBRO

até mesmo de desinvestir a ONU de sua autoridade política.

Sobre esse ponto não deve haver qualquer ambigüidade. A ONU não foi concebida para remover os escombros dos conflitos que ela não pôde evitar por mais valioso que seja o seu trabalho humanitário. Nossa tarefa central é preservar os povos do flagelo da guerra. Buscar soluções negociadas com base nos princípios da Carta de São Francisco.

Não podemos confiar mais na ação militar do que nas instituições que criamos com a visão da História e a luz da Razão.

A reforma da ONU tornou-se um imperativo, diante do risco de retrocesso no ordenamento político internacional. É preciso que o Conselho de Segurança esteja plenamente equipado para enfrentar crises e lidar com as ameaças à paz. Isso exige que seja dotado de instrumentos eficazes de ação.

É indispensável que as decisões deste Conselho gozem de legitimidade junto à Comunidade de Nações como um todo. Para isso, sua composição em especial no que se refere aos membros permanentes não pode ser a mesma de quando a ONU foi criada há quase 60 anos.

Não podemos ignorar as mudanças que se processaram no mundo, sobretudo a emergência de países em desenvolvimento como atores importantes no cenário internacional muitas vezes exercendo papel crucial na busca de soluções pacíficas e equilibradas para os conflitos.

O Brasil está pronto a dar a sua contribuição. Não para defender uma concepção exclusivista da segurança internacional. Mas para refletir as percepções e os anseios de um continente que hoje se distingue pela convivência harmoniosa e constituiu um fator de estabilidade mundial. O apoio que temos recebido, na América do Sul e fora dela, nos estimula a persistir na defesa de um Conselho de Segurança adequado à realidade contemporânea.

É fundamental, igualmente, devolver ao Conselho Econômico e Social [Ecosoc] o papel que lhe foi atribuído pelos fundadores da Organização. Queremos um Ecosoc capaz de participar ativamente da construção de uma ordem econômica mundial mais justa. Um Ecosoc que, além disso, colabore com o Conselho de Segurança na prevenção de conflitos e nos processos de reconstrução nacional.

A Assembléia Geral, por sua vez, precisa ser politicamente fortalecida para, sem dissipação de esforços, dedicar-se aos te-

mas prioritários. A Assembléia Geral tem cumprido papel relevante ao convocar as grandes Conferências e outras reuniões sobre direitos humanos, meio ambiente, população, direitos da mulher, discriminação racial, AIDS, desenvolvimento social.

Mas ela não deve hesitar em assumir suas responsabilidades na administração da paz e segurança internacionais. A ONU já deu mostras de que há alternativas jurídicas e políticas para a paralisação do veto e as ações sem endosso multilateral. A paz, a segurança, o desenvolvimento e a justiça social são indissociáveis.

Senhor presidente, O Brasil tem se esforçado para praticar com coerência os princípios que defende. O novo relacionamento que estamos estabelecendo com os vizinhos do continente sul-americano baseia-se no respeito mútuo, na amizade e na cooperação. Estamos indo além das circunstâncias históricas e geográficas que compartilhamos, para criar um inédito sentimento de parentesco e de parceria. Neste contexto, nossa relação com a Argentina é fundamental.

A América do Sul afirma-se, cada vez mais, como região de paz, democracia e desenvolvimento, que pode, inclusive, ser uma nova fronteira de crescimento para a economia mundial há anos estagnada. Além de aprofundar as relações já muito relevantes com nossos tradicionais parceiros da América do Norte e da Europa, buscamos ampliar e diversificar nossa presença internacional.

Nas parcerias com a China e com a Rússia, estamos descobrindo novas complementariedades. Somos, com muito orgulho, o país com a segunda maior população negra do mundo. Em novembro, deverei visitar cinco países da África Austral, para dinamizar nossa cooperação econômica, política, social e cultural. Vamos também realizar um encontro de cúpula entre os países sul-americanos e os Estados que compõem a Liga Árabe. Com a Índia e a África do Sul estabelecemos um foro trilateral, orientado para a concertação política e projetos de interesse comum.

O protecionismo dos países ricos penaliza injustamente os produtores eficientes das nações em desenvolvimento. Além disso, é hoje o maior obstáculo para que o mundo possa ter uma nova época de progresso econômico e social.

O Brasil e seus parceiros do G-22 sustentaram na reunião da OMC em Cancún que esta grave questão pode ser resolvida por

meio da negociação pragmática e mutuamente respeitosa, que leve à efetiva abertura dos mercados. Reafirmo nossa disposição de buscar caminhos convergentes, que beneficiem a todos, levando em conta as necessidades dos países em desenvolvimento.

Somos favoráveis ao livre comércio, desde que tenhamos oportunidades iguais de competir. A liberalização deve ocorrer sem que os países sejam privados de sua capacidade de definir políticas nos campos industrial, tecnológico, social e ambiental.

No Brasil, estamos instaurando um novo modelo capaz de conjugar estabilidade econômica e inclusão social. As negociações comerciais não são um fim em si mesmo. Devem servir à promoção do desenvolvimento e à superação da pobreza. O comércio internacional deve ser um instrumento não só de criação, mas de distribuição de riqueza.

Senhor presidente, Reitero perante esta Assembléia verdadeiramente universal o apelo que dirigi aos Fóruns de Davos e Porto Alegre e à Cúpula Ampliada do G-8, em Evian. Precisamos engajar-nos política e materialmente na única guerra da qual sairemos todos vencedores: a guerra contra a fome e a miséria.

Eradicar a fome no mundo é um imperativo moral e político. E todos sabemos que é factível. Se houver de fato vontade política de realizá-lo. Não me agrada repisar as evidências da barbárie. Prefiro sempre louvar progressos, por modestos que sejam. Mas não há como omitir os números que expõem a chaga terrível da miséria e da fome no mundo.

A fome, hoje, atinge cerca de um quarto da população mundial incluindo 300 milhões de crianças. Diariamente, 24 mil pessoas são vitimadas por doenças decorrentes da desnutrição. Nada é tão absurdo e inaceitável quanto à persistência da fome em pleno século 21, a idade de ouro da ciência e da tecnologia.

A cada dia a inteligência humana amplia o horizonte do possível, realizando prodigiosas invenções. E, no entanto, a fome continua e, o que é mais grave, se alastra em várias regiões do planeta. Quanto mais a humanidade parece aproximar-se de Deus pela capacidade de criar, mais o renega pela incapacidade de respeitar e proteger suas criaturas. Quanto mais o celebramos ao gerar riquezas, mais o ferimos por não saber, minimamente, reparti-las.

De que vale toda essa geni-

alidade científica e tecnológica, toda a abundância e o luxo que ela é capaz de produzir, se não a utilizamos para garantir o mais sagrado dos direitos: o direito à vida?

Recordo a lúcida advertência de Paulo 6º, feita 36 anos atrás, mas de desconcertante atualidade: "Os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência". A fome é uma emergência e como tal deve ser tratada. Sua erradicação é uma tarefa civilizatória, que exige um atalho para o futuro. Vamos agir para acabar com a fome ou imolar nossa credibilidade na omissão?

Não temos mais o direito de dizer que não estávamos em casa quando bateram à nossa porta e pediram solidariedade.

Não temos o direito de dizer aos famintos que já esperaram tanto: passem no próximo século.

O verdadeiro caminho da paz é o combate sem tréguas à fome e à miséria, numa formidável campanha de solidariedade capaz de unir o planeta ao invés de aprofundar as divisões e o ódio que conflagram os povos e semeiam o terror.

Apesar do fracasso dos modelos que privilegiam a geração de riqueza sem reduzir a miséria, a miopia e o egoísmo de muitos ainda persistem. Desde 1º de janeiro, logramos no Brasil avanços significativos em nossa economia. Recuperamos a estabilidade e criamos as condições para um novo ciclo de crescimento sustentado. Continuaremos a trabalhar com vigor para manter o equilíbrio das contas públicas e reduzir a vulnerabilidade externa.

Não mediremos esforços para aumentar as exportações, ampliar a capacidade de poupança, atrair investimentos e voltar a crescer. Mas devemos ser capazes, ao mesmo tempo, de atender as necessidades de alimentação, emprego, educação e saúde de dezenas de milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. Temos o compromisso de realizar um grande reforma social no país.

A fome é o aspecto mais dramático e urgente de uma situação de desequilíbrio estrutural, cuja correção requer políticas integradas para a promoção da cidadania plena.

Por isso, lancei no Brasil o projeto Fome Zero, que visa por meio de um grande movimento de solidariedade e de um programa abrangente envolvendo o governo, a sociedade civil e o setor privado eliminar a fome e suas causas.

O programa conjuga medidas estruturais e emergenciais e

já atende quatro milhões de pessoas que não tinham sequer o direito de comer todos os dias. Nossa meta é que até o final de meu governo nenhum brasileiro passe fome.

Senhor presidente,

As Nações Unidas aprovaram as Metas do Milênio. A FAO possui notável experiência técnica e social. Mas precisamos dar um salto de qualidade no esforço mundial de luta contra a fome. Propus, nesse sentido, a criação de um Fundo Mundial de Combate à Fome e sugeri formas de viabilizá-lo.

Existem outras propostas, algumas já incorporadas a programas das Nações Unidas. O que faltou até agora foi a imprescindível vontade política de todos nós, especialmente daqueles países que mais poderiam contribuir. De nada servem os fundos se ninguém aporta recursos. As Metas do Milênio são louváveis mas, se continuarmos omissos, se o nosso comportamento coletivo não mudar, permanecerão no papel e a frustração será imensa.

É preciso, mais do que nunca, transformar intenção em gesto. É preciso praticar o que pregamos. Com audácia e bom senso. Com ousadia e pés no chão. Inovando no conteúdo e na forma. Adotando métodos e soluções novas, com intensa participação social.

Por isso, submeto à consideração dessa Assembléia a hipótese de criar, no âmbito da própria ONU, um Comitê Mundial de Combate à Fome, integrado por chefes de Estado ou de governo, de todos os continentes, com o fim de unificar propostas e torná-las operativas.

Esperamos motivar contribuições financeiras de países desenvolvidos e em desenvolvimento, de acordo com as possibilidades de cada um, bem como de grandes empresas privadas e organizações não governamentais.

Senhor presidente, Minha experiência de vida e minha trajetória política ensinaram-me a acreditar acima de tudo na força do diálogo. Nunca me esquecerei da lição insuperável de Ghandi: "A violência, quando parece produzir o bem, é um bem temporário; enquanto o mal que faz é permanente".

O diálogo democrático é o mais eficaz de todos os instrumentos de mudança. A mesma determinação que meus companheiros e eu estamos empregando para tornar a sociedade brasileira mais justa e humana, empregarei na busca de parcerias internacionais com vistas a um desenvolvimento equânime e a um mundo pacífico, tolerante e solidário.

Este século, tão promissor do ponto de vista tecnológico e material, não pode cair em um processo de regressão política e espiritual. Temos a obrigação de construir, sob a liderança fortalecida das Nações Unidas, um ambiente internacional de paz e concórdia.

A verdadeira paz brotará da democracia, do respeito ao direito internacional, do desmantelamento dos arsenais mortíferos e, sobretudo, da erradicação definitiva da fome.

Senhor presidente, chefes de Estado e de governo,

Não podemos frustrar tanta esperança. O maior desafio da humanidade e, ao mesmo tempo, o mais belo é justamente este: humanizar-se.

É hora de chamar a paz pelo seu nome próprio: justiça social.

Tenho certeza de que, juntos, saberemos colher a oportunidade histórica da justiça.

Muito obrigado.

Ricardo Stuckert/FPF

Hermínio Oliveira/ABR